

Economistas: o governo não soube negociar.

Faltou competência política para negociar com a oposição a desindexação da economia. Ou seja, a solução da crise já não pode mais ser delegada a alguns ministros; assim como comandou pessoalmente o processo de abertura política, o presidente Figueiredo deve assumir diretamente estas negociações, dispondo-se efetivamente a aceitar a alternância no poder, com eleições diretas e a convocação de uma Constituinte. Esta opinião foi manifestada ontem por vários economistas ouvidos a respeito do **pacote**.

A principal preocupação do economista Edy Luiz Kogut, diretor da corretora Omega e ex-vice-diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV, é quanto à aplicação prática das decisões. "Eu noto profundo ceticismo quanto à implementação, pois o governo tem falado em cortes e somos sempre surpreendidos com o aumento do déficit público."

— Para que o déficit público caia, não adianta apenas reunir o Conselho Monetário mais uma vez. É preciso que haja participação ativa da liderança política do País, ou seja, do presidente da República. Da mesma forma como participou da abertura política, deve comandar a implementação das medidas econômicas. Em caso contrário, ter-se-á novo desalento em dois ou três meses — disse Kogut.

O economista considera que tomada a decisão política deve-se em seguida fazer a livre negociação salarial, com todas as suas implicações e custos.

Edy Kogut mostrou que há várias forças contrárias influenciando

do as taxas de juros: "Se a demanda por crédito leva os bancos aos seus limites, a liberação do controle do crédito provocaria, pela competição, diminuição na taxa de aplicação, principalmente com a simultânea redução do IOF. Mas há uma força contrária, que é a da necessidade de captar mais recursos pela colocação dos CDBs. Outra força que atuará é o compulsório,

cujo aumento reduz a rentabilidade dos bancos, podendo limitar a expansão dos empréstimos bancários. Essa é uma força que precisa ser bem avaliada. No geral, é preciso saber qual das forças irá predominar, mas se houver algum movimento será baixista em pequena escala".

Mais inflação?

O professor de economia da

Pontifícia Universidade Católica do Rio, Ednar Bacha, considerou o **pacote** incompleto por não ter adotado a desindexação da economia, o que deverá elevar a inflação para patamares ainda maiores do que os esperados 150% do final do ano. As medidas foram tomadas de forma atabalhoada, sem visão mais ampla das reais necessidades da economia do País, apenas para atender a

determinadas pressões do Fundo Monetário Internacional.

Segundo o professor Bacha, o **pacote** está voltado apenas para conter o déficit público, reforçando a arrecadação da União e diminuindo suas despesas. Lamentou que o governo tenha desprezado um longo trabalho sobre a reforma fiscal para tomar medidas, atropelado por eventos incontroláveis.

Especulação financeira

Ernesto Lozardo, professor de economia da Faculdade Getúlio Vargas e diretor da Distribuidora de Títulos e Valores Lozardo e Cruz, comentou: "O que se sente com esse **pacote** é que o governo está preocupado apenas em aumentar a sua arrecadação. Com isso, essas medidas apenas trarão mais instabilidade nos preços". O governo perdeu "uma excelente oportunidade — a segunda, neste ano — de dar ao País uma maior estabilidade na economia, porque se criou na sociedade um consenso de que seriam necessárias algumas medidas drásticas. Porém, elas não vieram. E a expectativa virou frustração. Mais que isso: o **pacote** é inflacionário e seus custos serão repassados à sociedade. É inevitável que crie nova desestabilização dos preços relativos".

Na verdade, o que Lozardo esperava eram medidas que restabelecessem o aumento de investimentos, de produção e de estabilização cambial. "Mas nada disso aconteceu. O **pacote** penaliza todos os setores da sociedade, menos o setor financeiro. Ou seja, como sempre, quem vai pagar a conta é o assalariado. A sociedade estava querendo uma decisão forte. Mas aconteceram decisões de um governo de concessão. Prevaleceram os interesses dos poderosos. O que é urgente é a desindexação, a **dolarização** da economia, porque daqui a pouco irá começar novamente "uma crescente especulação financeira e o governo precisará fazer uma nova maxidesvalorização."

No Dieese, uma aula para os dirigentes sindicais entenderem o que é a desindexação.

Há duas maneiras de desindexar a economia: a primeira é expurgar o INPC, tirando desse índice de correção salarial alguns preços inflacionários; essa desindexação penaliza quase que exclusivamente os assalariados. A segunda maneira é conter generalizadamente todas as correções e reajustes; se a desindexação começar, por exemplo, pelos títulos públicos (ou pela ORTN), penaliza em primeiro lugar os especuladores financeiros. Essa foi uma das primeiras orientações que economistas reunidos ontem no Dieese, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos, transmitiram a dirigentes sindicais que lá compareceram justamente para entender melhor o "pacote" e o atual momento econômico.

Falaram Luiz Gonzaga Belluzzo, Frederico Mozzuchelli, João Manuel Cardoso de Mello, José Carlos Braga, e no final, chegando apressada de Brasília, onde aguarda

das as últimas decisões governamentais, Maria Conceição Tavares. Ela explicou aos dirigentes sindicais que o "pacote" na verdade não havia sido decretado:

— Eles não conseguiram chegar a um acordo sobre a desindexação; "quebraram o pau" e não decidiram nada.

Má negociação

A renegociação da dívida externa foi malfeita (a começar do fato de não terem sido consultados setores importantes da sociedade, como os trabalhadores) e deverá ser renegociada mais uma vez, disseram os economistas. Luiz Gonzaga Belluzzo disse que os negociadores brasileiros (Delfim, Galvêas e Langoni), hoje os únicos três brasileiros que ainda acham que não haverá a renegociação ou moratória, segundo ele, perderam a oportunidade de barganhar com o FMI e banqueiros internacionais.

— Os negociadores brasileiros nunca disseram "olha, só podemos pagar isto", como fizeram os mexi-

canos, que acabaram conseguindo um programa muito melhor. Poderia ter-se definido, por exemplo, que pagaríamos todos os anos 30% do valor total das nossas exportações.

Frederico Mozzuchelli lembrou que houve moratórias e rompimentos com o FMI antes, na história do Brasil, sem que a economia sofresse estagnação. (Em 1934, uma moratória; em 1937, suspensão dos pagamentos da própria moratória acordada anteriormente; e em 1959, um rompimento com o FMI, no governo Kubitschek.)

João Manuel Cardoso de Mello disse que "o Brasil virou um grande cassino, onde todo mundo joga e especula — bancos e grandes empresas, principalmente".

E todos advertiram que a livre negociação salarial, como alguns propõem, é inaceitável se não vier acompanhada de liberdade sindical e direito total à greve. Maria Conceição Tavares disse que sem essas outras garantias e com o

atual desemprego "a negociação livre será um massacre", e levantou a idéia, que poderá ser defendida pelo PMDB, de pré-fixação de índices salariais nas faixas de renda mais baixa, um a três ou um a cinco salários mínimos.

Fome negra

Todos os economistas presentes ao encontro, e também José Maurício Soares e Walter Barelli, do Dieese, indicaram os altos efeitos inflacionários dos cortes nos subsídios já efetuados pelo governo, sem falar nas outras medidas paralelas. Além do aumento direto no Custo de Vida, os aumentos dos combustíveis influenciam indiretamente inúmeros outros preços, como os alimentos. Belluzzo disse que os alimentos terão duas influências altistas conjuntamente — o aumento do preço do frete, e as quebras causadas pelas intempéries climáticas do momento. Ele não acredita em inflação mensal inferior a 10% neste e nos próximos meses.